ARTIGOS

Submetido 20-10-2024. Aprovado 26-11-2025
Avaliado pelo sistema de revisão duplo-anônimo. Editores convidados: Catarina Ianni Segatto, Mario Aquino Alves, Andrea Pineda
Os/As avaliadores/as não autorizaram a divulgação de sua identidade e relatório de avaliação por pares.
Versão original | DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v31.n3.92337

GOVERNANÇA E RELIGIÃO EM SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A VISÃO DE BUROCRATAS DE MÉDIO ESCALÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Governance and religion in social welfare services for the homeless population: The view of mid-level bureaucrats in the municipality of São Paulo

Gobernanza y religión en los servicios socioasistenciales para la población sin hogar: La visión de los burócratas de nivel medio en el municipio de São Paulo

Marcelo Marchesini da Costa*[1] | marceloMC5@insper.edu.br | ORCID: 0000-0002-7039-6923
Caroline de Souza Macedo[2] | carollinesm@al.insper.edu.br | ORCID: 0009-0005-8260-010X
Vera Carvalho Oliveira[2] | veraco@al.insper.edu.br | ORCID: 0009-0008-5983-2975

*Autor correspondente
[1]Instituto de Ensino e Pesquisa, Programa Avançado em Gestão Pública, São Paulo, SP, Brasil
[2]Instituto de Ensino e Pesquisa, Mestrado em Políticas Públicas, São Paulo, SP, Brasi

RESUMO

Organizações da sociedade civil (OSCs) vinculadas a ordens religiosas são historicamente atuantes em serviços socioassistenciais, muitas vezes precedendo a atuação governamental no atendimento a públicos vulneráveis. A prestação de serviços socioassistenciais por OSCs, tanto laicas quanto religiosas, é frequentemente financiada por governos. Este trabalho tem como objetivo identificar quais elementos, na perspectiva de burocratas de médio escalão da cidade de São Paulo, diferenciam o trabalho de OSCs laicas e religiosas na prestação de serviços socioassistenciais voltados a pessoas em situação de rua no município. Analisam-se parcerias realizadas para o atendimento a pessoas em situação de rua, por meio de entrevistas e análise documental. Burocratas de médio escalão na cidade de São Paulo reconhecem a importância do trabalho das OSCs, mas também identificam problemas nos serviços prestados, não necessariamente vinculados à afiliação religiosa. Problematiza-se, por fim, o próprio arranjo de governança, uma vez que o governo não dispõe de capacidade de monitoramento adequado para as parcerias.

Palavras-chave: organizações da sociedade civil, religião, parcerias, assistência social, situação de rua.

ABSTRACT

Religiously affiliated civil society organizations (CSOs) have historically been active in social welfare services, often preceding government action in assisting vulnerable groups. The provision of social welfare services by religious and non-religious CSOs continues, often through partnerships financed by governments. This article aims to identify, from the perspective of mid-level bureaucrats in the municipality of São Paulo, which elements differentiate the work of religious and non-religious CSOs in social welfare services for homeless people. Partnerships established to offer social services to homeless people are examined through interviews and document analysis. Mid-level bureaucrats recognize the importance of CSOs' action, but also identify problems

in services provided, not necessarily linked to religious affiliation. Finally, the governance arrangement for these services is questioned, since the government lacks the capacity to properly monitor such partnerships.
Keywords: civil society organizations, religion, partnerships, social services, homelessness.

RESUMEN
Las organizaciones de la sociedad civil (OSC) vinculadas a órdenes religiosas históricamente han estado activas en los servicios socioasistenciales, y a menudo preceden a la acción gubernamental para atender a las poblaciones vulnerables. La prestación de servicios socioasistenciales por parte de las OSC, tanto laicas como religiosas, es financiada frecuentemente por los gobiernos. El objetivo de este trabajo es identificar qué elementos, desde la perspectiva de los burócratas de nivel medio de la ciudad de São Paulo, diferencian la actuación de las OSC laicas y religiosas en los servicios socioasistenciales a las personas en situación de calle en esa ciudad. Se analizan las alianzas creadas para atender a las personas sin hogar, a través de entrevistas y análisis de documentos. Los burócratas de nivel medio reconocen la importancia de la acción de las OSC, pero también identifican problemas en los servicios prestados, no necesariamente vinculados a la afiliación religiosa. Finalmente, se cuestiona el propio mecanismo de gobernanza, ya que el gobierno no tiene la capacidad de supervisar adecuadamente las alianzas.
Palabras clave: organizaciones de la sociedad civil, religión, alianzas, asistencia social, situación de la calle.

INTRODUÇÃO

Organizações religiosas possuem um papel histórico na prestação de serviços socioassistenciais no Brasil (Segatto, 2024). Somente após décadas de mobilizações de setores sociais e políticos, o governo passou a atuar na oferta de abrigos para pessoas em situação de rua, entre outros serviços (Costa & Lopes, 2023). Porém, esse crescimento da atuação do governo não interrompe a atuação de organizações religiosas no setor. Em função de suas missões e valores, da *expertise* acumulada e mesmo da insuficiente oferta de serviços governamentais, associações e outras entidades religiosas seguem atendendo a população vulnerável, atualmente em conjunto com entidades laicas dedicadas aos mesmos serviços e público. Com isso, governos passaram a firmar acordos com organizações privadas, em que serviços socioassistenciais para populações vulneráveis recebem financiamento público.

Há grande acúmulo na literatura sobre como as parcerias afetam mutuamente as organizações da sociedade civil (OSCs) e governos envolvidos (p. ex., Lotta et al., 2024; Mosley, 2012). Há também muitos debates sobre as diferenças possíveis no relacionamento entre governos e parcerias com organizações privadas (p. ex., Toepler et al., 2023). Conforme o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), organizações religiosas são tratadas em igualdade de condições com relação a organizações laicas, podendo firmar contratos com governos (Pereira, 2021). Falta, no entanto, um conhecimento mais aprofundado sobre o que diferencia a atuação de organizações religiosas e não religiosas na prestação de serviços socioassistenciais contratados por governos. Verificar se existe tal diferença e analisá-la importa por diversos motivos. Por exemplo, organizações religiosas ou laicas podem ter ênfases diferentes no atendimento a públicos vulneráveis (Magri et al., 2025).

Este artigo, entretanto, investiga essa questão sob uma ótica distinta: a de como burocratas de médio escalão, responsáveis pela implementação e monitoramento desses serviços, percebem diferenças entre OSCs religiosas e laicas. A perspectiva de tais atores interessa pois eles efetivamente formalizarão os contratos, negociar ajustes e orientações, além de fiscalizar a atuação das organizações que prestam serviços. Assim, a pergunta de pesquisa deste estudo é: Quais são as diferenças na percepção de burocratas de médio escalão sobre o trabalho de OSCs laicas e religiosas que atuam na prestação de serviços socioassistenciais a pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo?

Conforme dados disponíveis no *site* da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (Smads) da Prefeitura de São Paulo, os contratos com OSCs para serviços a pessoas em situação de rua atingiram, em maio de 2024, um total de 223 contratos, sendo 100 parcerias com organizações aparentemente laicas e 123 colaborações com organizações que indicam já na sua denominação ou em seu *website* a orientação religiosa. Considerou-se religiosa organização com menção explícita a "Deus", "Jesus" etc, sendo possível, portanto, que este levantamento seja conservador e que o número de organizações religiosas seja efetivamente superior, caso haja organizações que não explicitam a orientação religiosa na sua razão social. Essa elevada proporção de parcerias com organizações religiosas – 55% do total – supera a representatividade dessas OSCs no Brasil, conforme dados da pesquisa sobre Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2019). É importante destacar ainda a diversidade das organizações religiosas, uma vez que organizações evangélicas e vinculadas a outras religiões se juntam às organizações católicas previamente hegemônicas no setor (Segatto, 2024).

Além do foco na diferenciação entre OSCs religiosas e laicas, vale justificar a escolha de serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua. Trata-se de um problema público cada vez mais presente em municípios brasileiros de vários portes e em todas as regiões do País (Natalino, 2016). Ainda é um tema a respeito do qual há poucos estudos disponíveis, sobretudo indicando orientações a políticas públicas destinadas a esse público (Martins et al., 2023; Sicari & Zanella, 2018).

Após entrevistarmos pessoas com experiência de trabalho na burocracia de médio escalão da Prefeitura de São Paulo relacionada a serviços socioassistenciais, e tendo analisado documentos normatizadores da relação entre a Smads e OSCs, identificamos o que tais atores percebem como práticas que diferenciam e aproximam a atuação de organizações religiosas e não religiosas em relação às suas equipes e seus beneficiários. Os resultados deste estudo indicam que não há uma percepção unânime sobre diferenças entre OSCs religiosas e laicas no atendimento à população em situação de rua na cidade de São Paulo. Há, entretanto, relatos sugestivos sobre usos distintos da discricionariedade por parte de trabalhadores das OSCs laicas e religiosas. Além disso, há uma percepção compartilhada entre burocratas de médio escalão de que a sua capacidade de monitoramento de parcerias é consideravelmente abaixo do que seria desejável. Em parcerias com baixo monitoramento, o uso da discricionariedade por parte de funcionários de OSCs contratadas pode levar a situações indesejadas e que não são prontamente identificadas. Quando se trata de OSCs religiosas, essas manifestações da discricionariedade por vezes resultam em imposição de práticas e aspectos de intolerância contra pessoas entendidas como "menos merecedoras".

Este trabalho contribui para um melhor entendimento sobre como atores fundamentais – os burocratas de médio escalão – percebem a atuação de OSCs religiosas e laicas. Os elementos aqui presentes podem orientar a ação desses burocratas, tanto em São Paulo como em municípios com contexto semelhante, durante a implementação de parcerias entre governos e OSCs que prestam serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua. As experiências aqui agrupadas relevam pontos de atenção, além da existência de barreiras e oportunidades para se aprimorarem tais serviços, podendo orientar governos comprometidos com o combate ao preconceito e intolerância religiosa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Prestação de serviços socioassistenciais e OSCs

Os serviços socioassistenciais integram as políticas de assistência social. Essas políticas têm como objetivo ampliar o acesso a direitos e à cidadania, não se restringindo à provisão de serviços apenas quando há violação de direitos (Sposati, 2007). A superação dessas situações exige ação intersetorial e integrada entre políticas sociais, políticas econômicas, o sistema de justiça e os mecanismos de defesa dos direitos humanos (Sposati, 2007).

Entre as formas de atuação das OSCs nas políticas de assistência social, a legislação prevê que serviços sejam ofertados a públicos específicos, como a população em situação de rua – grupo que se consolida como um desafio crescente em diversas cidades brasileiras (Natalino, 2016).

As parcerias entre governos e OSCs têm se tornado uma estratégia amplamente adotada para a prestação de serviços públicos, particularmente na área social. Essas colaborações emergem em um contexto no qual a privatização e a contratação externa são vistas como formas de aumentar a eficiência, a flexibilidade e a inovação na entrega de serviços públicos (Smith & Lipsky, 1993). Slyke (2003), contudo, questiona a ideia de que a privatização, por meio da contratação de organizações privadas, resulta necessariamente em uma prestação de serviços mais eficiente. O autor argumenta que os contratos de serviços sociais são frequentemente idealizados, baseados na suposição de que a externalização sempre trará melhorias. No entanto, ressalta que o sucesso das parcerias entre governos e OSCs depende de fatores como a clareza contratual, a capacidade de gestão governamental e a natureza dos serviços prestados. Para que tais parcerias sejam eficazes, é necessário alcançar um equilíbrio entre controle governamental e autonomia das OSCs, sustentado por um ambiente de confiança mútua.

Também há questionamentos sobre como a população avalia essas parcerias. Piatak e Jensen (2024) destacam que a preferência pública pela forma de entrega dos serviços varia conforme a complexidade do serviço prestado. Em casos de serviços humanos mais simples, como manutenção de infraestrutura básica, os cidadãos tendem a apoiar modelos de contratação com o setor privado com fins lucrativos. Entretanto, quando os serviços são mais complexos e envolvem interações sociais intensas – como saúde e assistência social – há uma maior inclinação para que essas responsabilidades permaneçam com o setor público ou sejam transferidas para OSCs. Isso se deve, em parte, à percepção de que as OSCs, devido

à sua missão e à proximidade com as comunidades, estão mais bem posicionadas para lidar com essas necessidades de maneira sensível e ética.

Outro aspecto relevante é a complexidade da dinâmica das relações entre governos e OSCs, que pode gerar tanto oportunidades quanto desafios para os atores envolvidos. À medida que os governos recorrem às OSCs para a prestação de serviços, essas organizações enfrentam pressões significativas para se profissionalizar e atender a requisitos burocráticos, o que pode comprometer sua missão social. A dependência de contratos públicos pode levá-las a adaptar suas operações para atender às expectativas governamentais, potencialmente prejudicando sua flexibilidade e capacidade de inovação (Mosley, 2012; Smith & Lipsky, 1993). Além disso, a relação contratual pode afetar a autonomia das OSCs e criar um ambiente em que a eficiência financeira seja priorizada em detrimento da qualidade do serviço e do atendimento às necessidades mais profundas da população.

Em síntese, as parcerias entre governos e OSCs são moldadas por um equilíbrio delicado entre eficiência, controle e missão social. Embora essas colaborações possam gerar benefícios – como maior flexibilidade e capacidade de resposta às demandas locais – também apresentam desafios relacionados à burocratização, à perda de autonomia e ao alinhamento de expectativas entre os setores público e privado.

OSCs religiosas e serviços socioassistenciais

Entre as OSCs existentes no Brasil, há um grande número que se identifica como religioso (IBGE, 2019). Boa parte dessas organizações atua em áreas específicas, como educação e assistência social (Costa, 2017).

Há grande diversidade entre as OSCs religiosas, com organizações vinculadas à Igreja Católica e às diferentes vertentes evangélicas disputando, em várias ocasiões, influência na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas no Brasil (Segatto, 2024; Segatto et al., 2022). Além disso, análises internacionais evidenciam algumas características recorrentes dessas organizações. Em comparação com as OSCs laicas, por exemplo, as religiosas tendem a integrar redes que funcionam como canais eficazes de comunicação, captação de recursos e intercâmbio de pessoal (Berger, 2003). No entanto, estudos realizados em outros países indicam que a maioria das organizações religiosas se concentra em trabalhos de curto prazo em parceria com o governo – como o fornecimento de abrigo temporário, roupas e alimentos – enquanto apenas cerca de 10% se dedicam a atividades de atendimento contínuo a pessoas em situação de vulnerabilidade (Chaves & Tsitsos, 2001).

As organizações religiosas financiam-se, em grande parte, com recursos doados por integrantes da própria comunidade de fé. No Brasil, há o reconhecimento de que OSCs religiosas podem firmar contratos com o governo sem que isso viole o princípio do Estado laico (Pereira, 2021). Por outro lado, quando estabelecem parcerias com o poder público ou com financiadores não religiosos, seus serviços podem ser ajustados a normas seculares, e tais organizações podem ser pressionadas a fornecer serviços neutros em termos religiosos, ainda que mantenham vínculos confessionais (Maes et al., 2025; Smith & Sosin, 2001). A parceria entre o poder público e OSCs religiosas também pode provocar mudanças na própria ação governamental, à medida que o Estado passa a incorporar ideias e valores religiosos, como demonstram estudos sobre comunidades terapêuticas (Lotta et al., 2024).

Pesquisas sobre comunidades terapêuticas também apontam diferenças entre o trabalho de OSCs religiosas e laicas. Estudos com profissionais dessas instituições indicam que organizações religiosas tendem a adjetivar os usuários dos serviços conforme seus comportamentos e a enfatizar o papel da família e do trabalho, enquanto trabalhadores de OSCs laicas adotam linguagem mais técnica e priorizam o tratamento psicológico e o suporte médico (Magri et al., 2025).

Outro aspecto relevante nas organizações de natureza religiosa são seus simbolismos, que atuam como filtros capazes de afastar beneficiários, doadores, voluntários e funcionários que não compartilhem dos mesmos princípios. Mesmo indivíduos que não seguem a religião da entidade precisam, em geral, aderir à sua filosofia ou a um compromisso moral comum. Naturalmente, esse fator encoraja um processo de autosseleção com base na religião ou em valores éticos amplos (Smith & Sosin, 2001).

A religião declarada pela organização também comunica mensagens simbólicas aos potenciais beneficiários sobre sua receptividade. Uma instituição católica com cruzes nas paredes pode adotar uma política formal de não discriminação, mas, na prática, pessoas de outras religiões podem sentir-se indesejadas. Assim, pode ocorrer um desequilíbrio entre autoridade religiosa e seletividade percebida. Da mesma forma, a religião pode influenciar a posição política das organizações em temas relacionados à fé, como o aborto. Essa influência não distingue apenas organizações religiosas e não religiosas, mas também diferencia as próprias organizações religiosas entre si, uma vez que cada tradição tem princípios específicos que devem ser considerados (Smith & Sosin, 2001).

Por fim, um último aspecto relevante a ser considerado na atuação das OSCs religiosas é o fortalecimento do vínculo direto entre políticos eleitos e igrejas no Brasil nas últimas décadas, o que tem se refletido em influência sobre políticas públicas (Segatto et al., 2022). Nesse sentido, se a relação entre religião e política pode afetar as decisões sobre parcerias com OSCs em determinadas políticas públicas, torna-se fundamental observar como a burocracia responsável por implementar e monitorar essas ações percebe tais dinâmicas.

Burocracia

A efetividade das parcerias depende, em grande medida, da atuação das pessoas envolvidas na prestação dos serviços (May & Winter, 2009). Em parcerias entre governos e OSCs, há múltiplos atores responsáveis pela definição e implementação das ações. No caso dos agentes governamentais, é comum diferenciar a atuação entre burocratas de alto escalão, médio escalão e nível de rua (Pires, 2018). Os burocratas de médio escalão concentram-se em atividades voltadas "para dentro e para o centro do Estado" (Pires, 2018, p. 193), o que significa que desempenham funções relacionadas à gestão de contratos e à articulação de atores para a execução de políticas públicas (Pires, 2018). Esses profissionais são frequentemente recrutados internamente entre servidores públicos e ocupam cargos intermediários, como os níveis de coordenação e assessoria da Prefeitura de São Paulo, por exemplo.

Nos contratos públicos firmados com OSCs, atuam também pessoas vinculadas às organizações parceiras, desempenhando funções típicas da burocracia de nível de rua (Gofen et al., 2019). Ou seja, são profissionais com vínculo de trabalho privado que prestam serviços públicos, atendendo diretamente a

população. Mesmo sob a existência de regras e supervisão, frequentemente estabelecidas e monitoradas pela burocracia de médio escalão, o contexto de vulnerabilidade e desigualdade em que esses burocratas de rua atuam exige decisões adaptadas a cada situação específica, sem possibilidade de aplicação de soluções padronizadas. Dessa forma, esses atores privados exercem discricionariedade em suas ações (Lipsky, 2019).

O aspecto mencionado acima relaciona-se à literatura sobre burocracia representativa, que propõe que, de maneira passiva ou ativa, a identificação entre burocratas e cidadãos é relevante para o funcionamento das políticas públicas (Meier, 2019). A representação passiva é entendida como o grau em que a identidade dos burocratas, como raça, gênero, renda, religião e origem geográfica, reflete a sociedade em que atuam. Quando há margem para decisões discricionárias, presume-se que um(a) burocrata com identidade semelhante à do público atendido tende a exercer preferências mais próximas às desse público e a compreender melhor suas necessidades (Lim, 2006; Meier & Nicholson-Crotty, 2006). Por exemplo, pressupõe-se que uma pessoa que já tenha vivenciado a situação de rua compreenderá melhor as necessidades dessa população do que alguém que nunca tenha passado por tal experiência. De modo análogo, pode haver um vínculo identitário maior entre uma pessoa atendida pelo serviço público e o(a) burocrata que a atende, se ambos(as) compartilham a mesma religião.

A representação passiva também possui um papel simbólico na promoção da igualdade de oportunidades de acesso ao poder, pois reforça o sentimento de pertencimento de diversos grupos sociais no processo de formulação de políticas públicas, fortalecendo a legitimidade e a representatividade das burocracias (Meier & Nicholson-Crotty, 2006). Ademais, burocratas podem beneficiar seus grupos de origem indiretamente, ao influenciar o comportamento de colegas de trabalho (Lim, 2006; Meier & Nicholson-Crotty, 2006).

Diferentemente da passiva, a representação ativa diz respeito à atuação do(a) burocrata em defesa dos interesses e demandas dos cidadãos que acredita representar (Lim, 2006). Nesse caso, a identificação entre burocrata e público atendido pode levá-lo(a) a favorecer tais grupos na formulação e implementação das políticas públicas (Meier, 2019; Meier & Nicholson-Crotty, 2006).

Diversos estudos internacionais evidenciam o comportamento discricionário dos burocratas a partir de características como raça, gênero e classe social dos cidadãos (Hong, 2016; Riccucci & Meyers, 2004; Sowa & Selden, 2003; Wilkins, 2007). Embora essas dimensões sejam amplamente analisadas, poucos estudos abordam a discriminação de natureza religiosa (Pfaff et al., 2021).

As mudanças no contexto religioso brasileiro a partir da década de 1990 (Lacerda & Brasiliense, 2018), em especial o aumento da participação política de organizações evangélicas e de grupos pentecostais e neopentecostais (Araújo, 2023; Lacerda & Brasiliense, 2018), tornam necessária a investigação dos fatores religiosos que influenciam a tomada de decisão dos burocratas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, que coletou dados por meio de entrevistas e registros administrativos com o objetivo de compreender a percepção de burocratas de médio escalão sobre as OSCs religiosas e laicas que prestam serviços a pessoas em situação de rua em contratos municipais.

CC BY

Foram realizadas sete entrevistas com profissionais que possuíam experiência recente, nos quatro anos anteriores à pesquisa, em cargos nas Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social, de Direitos Humanos e Cidadania, e na Secretaria de Governo do município de São Paulo. Também foram entrevistadas pessoas que, além de experiência no Poder Executivo municipal, atuavam em assessorias parlamentares de mandatos voltados à pauta de pessoas em situação de rua.

As pessoas entrevistadas enquadram-se na definição de burocratas de médio escalão, sendo profissionais de carreiras de gestão de nível superior que ocupam ou ocuparam cargos comissionados nos níveis de coordenação ou assessoria. A seleção dos participantes baseou-se no protagonismo identificado entre eles, uma vez que eram frequentemente indicados como representantes de seus órgãos em fóruns de formulação de políticas voltadas à população em situação de rua.

Não são informados no texto os cargos específicos ocupados pelas pessoas entrevistadas, de modo a preservar seu anonimato. A inclusão de novos entrevistados foi interrompida quando as entrevistas passaram a apresentar recorrência de informações, indicando saturação teórica. A Tabela 1 resume as entrevistas realizadas.

Tabela 1 – Entrevistas realizadas

ENTREVISTA	EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO	DATA DA ENTREVISTA	DURAÇÃO
#1	Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Governo	12/6/2024	52 min
#2	Secretaria de Direitos Humanos; Assessoria Parlamentar	17/6/2024	58 min
#3	Secretaria de Direitos Humanos	8/8/2024	59 min
#4	Secretaria de Assistência Social	2/9/2024	45 min
#5	Secretaria de Governo; Secretaria de Direitos Humanos	6/9/2024	41 min
#6	Secretaria de Assistência Social; Secretaria de Governo	2/10/2024	29 min
#7	Secretaria de Direitos Humanos; Assessoria Parlamentar	2/10/2024	30 min

As entrevistas foram realizadas por meio de ferramentas de videochamada. Todas as pessoas participantes foram informadas, no início das entrevistas, sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa e questionadas quanto à possibilidade de gravação, sendo-lhes garantido o direito de interromper a participação a qualquer momento. O consentimento foi reiterado no início da gravação, juntamente com a informação de que a pesquisa seria anonimizada, de modo que os participantes pudessem expor seus pontos de vista sem risco de sofrer consequências em seus locais de trabalho. A anonimização foi aplicada também às OSCs mencionadas nas entrevistas, que são identificadas por letras.

As gravações foram posteriormente legendadas para viabilizar a transcrição. A geração das legendas foi realizada por meio da ferramenta VEED, que também permitiu a exportação do texto

transcrito. As transcrições foram revisadas pelos pesquisadores para verificar eventuais discrepâncias entre o áudio e o texto gerado.

A análise dos dados foi conduzida por meio do método de análise de *templates* (Brooks et al., 2015). A codificação inicial foi orientada pelos três eixos teóricos previamente apresentados: a) visões sobre a prestação de serviços socioassistenciais por OSCs em geral; b) percepções sobre OSCs religiosas na execução desses serviços; e c) aspectos de identidade relacionados à burocracia representativa. O *template* de análise, entretanto, foi ajustado à medida que emergiram novas dimensões relevantes nas falas dos entrevistados.

Especificamente, as percepções expressas sobre os serviços socioassistenciais prestados por OSCs revelaram tanto uma compreensão sobre o papel dessas organizações quanto uma avaliação do monitoramento exercido pela prefeitura. A análise da relação entre as OSCs e o público beneficiário evidenciou uma primeira categoria de diferenças entre as percepções sobre o trabalho de organizações religiosas e laicas. Por fim, nas discussões sobre identidade, ganharam destaque as percepções acerca das diferenças na relação das OSCs religiosas com seus próprios funcionários. As categorias finais de análise estão apresentadas na Tabela 2, a seguir.

Tabela 2 – Códigos utilizados na análise

NÍVEL PRIMÁRIO DE ANÁLISE	NÍVEL SECUNDÁRIO DE ANÁLISE
Impressões sobre OSCs	Papel das OSCs Papel da prefeitura no monitoramento
Relação entre OSCs e público beneficiário	Relação de OSCs em geral com o público O que diferencia as OSCs religiosas
Relação entre OSCs e seus funcionários	Relação de OSCs em geral e seus funcionários O que diferencia as OSCs religiosas

De modo complementar à análise conduzida pelos autores, utilizou-se a ferramenta de inteligência artificial ChatGPT para a leitura das transcrições das entrevistas e a codificação do material conforme as categorias previamente definidas. É importante destacar que nenhum texto foi gerado por meio da inteligência artificial. Os *prompts* utilizados, após o carregamento das transcrições, solicitavam à ferramenta que realizasse a codificação de todo o conteúdo de acordo com as categorias de análise apresentadas na Tabela 2.

Os resultados obtidos foram posteriormente revisados pelos autores, a fim de garantir que todo o texto estivesse devidamente codificado e que não houvesse a geração de nenhum novo conteúdo. Em seguida, a equipe de pesquisa discutiu coletivamente os resultados, buscando verificar se todos os elementos relevantes haviam sido considerados na análise e se estavam corretamente classificados. Nesse processo, foram realizados ajustes para melhor caracterização dos aspectos destacados na literatura, até que se alcançasse consenso entre os pesquisadores.

Por fim, como estratégia de triangulação para reforçar a validade da pesquisa (Ollaik & Ziller, 2012), foram consultados documentos oficiais da Prefeitura de São Paulo sobre as parcerias com OSCs. O *website* da Smads disponibiliza uma série de documentos orientadores da atuação de sua rede de organizações parceiras. Entre esses, foram selecionados aqueles que poderiam conter orientações sobre a execução ou o monitoramento de ações consideradas inadequadas. Identificaram-se, nesse sentido: a) o Manual de Parcerias da Smads; b) a Planilha de Critérios de Seleção de Organizações Parceiras; c) o Relatório de Visita Técnica; e d) planilhas com o quantitativo total de parcerias da Smads, discriminadas por período e tipo de serviço prestado.

Uma versão preliminar deste artigo, substancialmente semelhante à versão submetida para publicação, foi enviada a todas as pessoas entrevistadas para eventuais comentários e correções.

RESULTADOS

Nesta seção, explora-se inicialmente a percepção da burocracia de médio escalão da Prefeitura de São Paulo sobre o papel das OSCs em geral na prestação de serviços socioassistenciais. Em seguida, discute-se cada achado que diferencie OSCs laicas e religiosas.

As pessoas entrevistadas reconhecem, em primeiro lugar, a importância das OSCs em geral e das organizações religiosas em particular no atendimento à população em situação de rua na cidade de São Paulo. Destaca-se, por exemplo, a percepção do pioneirismo das OSCs em trabalho social: "Você tem um histórico pré-políticas públicas em que várias ações são tocadas por essas organizações no âmbito da caridade" (entrevista #3). Também há o reconhecimento específico sobre o papel das organizações religiosas para a existência das políticas públicas: "As organizações religiosas têm um papel histórico importante na construção da política de assistência social no Brasil" (entrevista #6). Não houve, entre as entrevistas realizadas, opinião conflitante nesse aspecto.

Outro ponto de destaque, presente em todas as entrevistas realizadas, é a compreensão sobre o crescimento do número de parcerias entre a prefeitura e OSCs que realizam o atendimento à população de rua. Essa percepção é validada pela análise das planilhas de parcerias disponível na página eletrônica da Smads. Entre os anos de 2021 e 2025, considerando-se apenas os serviços de centros de acolhida para pessoas em situação de rua, o número de contratos passou de 97 para 150, respectivamente, considerando dados vigentes nos meses de janeiro de cada ano. A pessoa entrevistada #1 destacou ainda que a prática de contratações emergenciais tem sido utilizada prioritariamente para expandir contratos com OSCs aliadas politicamente à atual gestão municipal, muitas vezes sendo essas organizações religiosas. Essa percepção, entretanto, não aparece em outras entrevistas.

Esse crescimento no número de parcerias traz preocupações tanto sobre o perfil das organizações contratadas quanto com relação à capacidade da prefeitura de analisar esses contratos. Sobre o perfil das organizações, uma pessoa entrevistada pontua que "as OSCs mais antigas [...] tiveram um papel muito mais voltado para políticas públicas e defesa dos direitos da população em situação de rua" (entrevista #3). Por outro lado, segue essa mesma entrevista: "Quando o Estado começa a contratar

serviços, essas organizações mais antigas perdem espaço para as mais profissionalizadas na captação de contratos" (entrevista #3).

A preocupação sobre o papel do governo que decorre desse crescimento nos contratos é central da perspectiva dos burocratas de médio escalão entrevistados. Em primeiro lugar, argumenta-se que o governo não possui capacidade de fiscalizar essas OSCs: "O gestor de parceria está assinando um monte de coisa... Ele está hiper atolado de trabalho... Tem gente com 18, 20 parcerias e o cara tá assinando, ele não consegue nem visitar tudo isso no mês" (entrevista #3); "O que a gente vê é que não aumenta o número de servidores da Smads que supervisionam essas parcerias... Então a gente sente que há uma queda de acompanhamento por parte da Smads" (entrevista #2). Nesse sentido, questiona-se até mesmo se a mudança para os instrumentos contratuais viabilizados pelo MROSC facilita ou dificulta o monitoramento da gestão pública:

> o MROSC veio para atender uma necessidade da organização, não uma necessidade da política [...] As organizações [as OSCs] queriam mais flexibilidade na forma como lidavam com o recurso. E eles ganharam isso. Então, para quem faz a fiscalização, se tornou… tirou muito do controle. Por exemplo, até nisso que eu tô falando, eu antes dizia assim, "olha, eu preciso que compre roupa de frio para todas as crianças, porque tá começando o inverno, ou eu preciso que compre cobertor, porque vai começar o frio e as pessoas em situação de rua precisam de cobertor aqui dentro do centro de acolhida". Antes, eu podia fazer essa exigência, inclusive eu fazia o controle. Eles gastavam e apresentavam as notas, eu conferia as notas, eu conferia que aquele produto tinha sido comprado e estava tudo resolvido. Com o MROSC a gente perde essa liberdade. A organização tem que apresentar resultados, mas esses resultados são muito subjetivos do ponto de vista material. (entrevista #1)

Ainda sobre o papel de OSCs e governo, há uma preocupação manifestada com relação à discricionariedade das organizações parceiras: "A prefeitura tem um termo de referência que define os requisitos para a contratação de funcionários pelas OSCs, incluindo formação e experiência, mas a escolha final das pessoas contratadas fica com as OSCs" (entrevista #7). Ainda sobre esse tema: "Mesmo que a organização precise apresentar um plano de trabalho e contratar pessoas com formação e experiência, são elas que decidem quem contratar, e às vezes esse processo é mais informal" (entrevista #7). Há, no entanto, também um reconhecimento da discricionariedade do servidor ou servidora responsável pela fiscalização da parceria: "A prestação de contas segue padrões definidos, mas às vezes a subjetividade no olhar do servidor pode gerar discussões sobre a análise dos documentos" (entrevista #6). Vale destacar que, nos documentos orientadores e nos relatórios de visitas técnicas utilizados para o monitoramento das parcerias, não há qualquer menção específica a cuidados relativos à religião ou aos aspectos religiosos das OSCs prestadoras de serviços.

As entrevistas evidenciam a percepção de que os serviços para a população em situação de rua demandam atenção: "Recebemos muitas denúncias relacionadas a centros de acolhida, geralmente sobre instalações inadequadas ou conduta inadequada de funcionários" (entrevista #7); "Há uma crítica recorrente ao controle de tempos e corpos nos serviços de acolhimento, que constrangem os usuários com regras rígidas de horário e atividades" (entrevista #6).

Entretanto, há divergência entre os entrevistados sobre eventuais padrões diferenciando OSCs religiosas de organizações laicas. Em um extremo do espectro, há afirmações muito contundentes com relação à existência dessas diferenças: "As organizações que não estão ligadas a questões religiosas, elas entendem um pouco mais da lógica do direito e não da caridade. Isso, eu acho que é o grande divisor de águas" (entrevista #1). Porém, ao se solicitar que exemplifique as diferenças, essa mesma entrevistada reconhece que a diferenciação não é tão simples: "São organizações que escolhem o público que vão atender... Eles falam muito disso, de contaminar os outros... Então, é esperado... Acontece nos dois mundos [OSCs religiosas e laicas]" (entrevista #1).

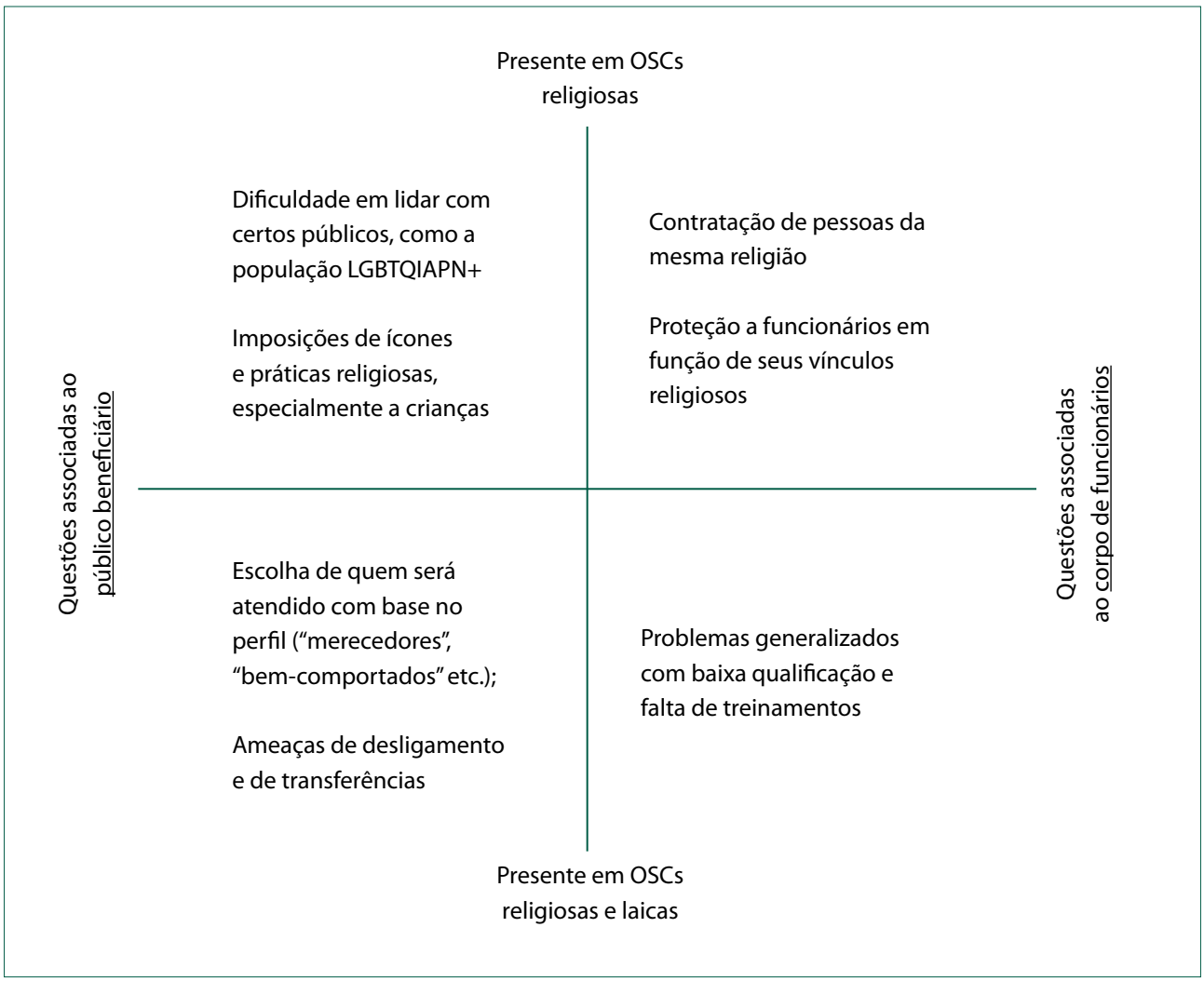
O exemplo indicado – de que se escolhe quem será atendido – demanda um aprofundamento. O argumento é que parte das OSCs contratadas para trabalhar com a população em situação de rua prefere trabalhar com o público considerado 'mais fácil'. Em outro trecho que reflete essa percepção sobre a atuação das OSCs: "Tem uma coisa assim: eu só quero menino bom... O menino bom é o menino que não fala palavrão... que vai pra minha igreja rezar... não tem liberdade religiosa" (entrevista #1). Há aqui uma referência a crianças como um público potencialmente mais suscetível à imposição religiosa. Outra entrevista também menciona uma restrição potencial à liberdade religiosa: "Entrar nos lugares e ter pinturas na parede que remetem a questões religiosas, como o pai-nosso ou Cristo na cruz, deveria ser laico, mas tinha"; "α é uma organização super-religiosa, com muitas orações por dia e práticas rígidas, e há relatos de imposições como raspar o cabelo de uma mulher trans" (entrevista #5). Em outra entrevista, ressalta-se a dificuldade vivenciada pelo público trans, com maior destaque para o atendimento realizado por organizações religiosas (entrevista #6). O controle de quem será atendido se manifesta também na forma de ameaças de desligamento e transferência para outros serviços, segundo a entrevista #2.

Também não se observa uma percepção uniforme de burocratas de médio escalão sobre eventuais particularidades na relação entre OSCs religiosas e seus funcionários. Por um lado, avalia-se que, de modo geral – em organizações laicas ou religiosas – há problemas: "O que a gente escuta dos trabalhadores nas visitas é que muitas vezes eles não têm nem conhecimento da própria rede municipal" (entrevista #2); "Rotatividade alta dos trabalhadores... No geral o que a gente escuta do lado dos trabalhadores é que falta capacitação" (entrevista #2). Ou seja, percebe-se uma falha generalizada de treinamento e qualificação. Por outro lado, há relatos de especificidades nas OSCs religiosas: "De um modo geral, as organizações religiosas só contratavam pessoas da própria igreja, tendo elas a competência técnica ou não" (entrevista #1); "Algumas organizações religiosas misturam indicações internas para cargos, sem seguir processos seletivos estruturados" (entrevista #7). Os relatos sugerem que OSCs religiosas consideram a identidade religiosa de profissionais ao contratá-los: "As organizações religiosas, por vezes, contratam pessoas da própria comunidade, o que pode resultar em uma falta de profissionalização e de treinamento para os funcionários" (entrevista #3). Há ainda relatos extremos de proteção a funcionários que cometem crimes em função do vínculo entre funcionário e religião: "Um rapaz que era orientador... Ele teve relação com uma menina de 14 anos. A organização pagou uma passagem para ele sair de São Paulo e [para] ninguém mais sabe onde ele foi parar" (entrevista #1).

Se não há uma percepção uniforme sobre uma melhor ou pior *performance* das OSCs religiosas ou laicas, há impressões sobre outros fatores que podem estar associados a uma pior *performance*. Nesse sentido, há afirmações como "o que a gente vê também é, quanto maior o serviço, maior a chance de ter denúncias de violações de direitos" (entrevista #2). Por outro lado, em outra entrevista a percepção é oposta: "A profissionalização das OSCs é mais importante do que o caráter religioso ou laico. Muitas organizações religiosas grandes, como σ e β, são altamente profissionalizadas" (entrevista #3). O tamanho parece fazer diferença na gestão: "O λ [...] tem 1.200 homens acolhidos, o que exige uma gestão rigorosa e padronizada, enquanto outras organizações menores, como a ψ, oferecem mais autonomia para os usuários" (entrevista #6).

A Figura 1 abaixo propõe uma síntese de denúncias ou relatos de problemas na atuação de OSCs laicas e religiosas com relação ao público beneficiário e ao tratamento de seus próprios funcionários, conforme mencionado em ao menos uma das entrevistas realizadas.

Figura 1 – Denúncias ou relatos de problemas na atuação de OSCs



CONSIDERAÇÕES FINAIS

OSCs possuem uma grande relevância para as políticas de assistência social em geral, e para a oferta de serviços a pessoas em situação de rua, em particular. Recentemente, as OSCs ampliaram seu protagonismo por meio de uma crescente contratualização em diversas áreas de políticas públicas. Este trabalho não encontrou evidências de que burocratas de médio escalão percebam OSCs religiosas como "melhores" ou "piores" na prestação dos serviços socioassistenciais a pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo. Entretanto, este estudo traz reflexões para o debate teórico e da prática.

Na perspectiva teórica, ainda que haja uma proliferação de estudos recentes e relevantes analisando a burocracia de nível de rua no Brasil (e.g., Grin & Gonçalves, 2024; Guimarães et al., 2023), faltam estudos sobre os funcionários de parceiros privados de governos (para uma exceção recente, ver Magri et al., 2025). Os resultados desta pesquisa sugerem que aspectos identitários como a religião podem ser importantes para a análise de burocracia representativa, na relação entre equipes de serviços socioassistenciais e pessoas atendidas. Há percepções de algumas pessoas entrevistadas de que as OSCs religiosas têm maior resistência e dificuldade em trabalhar com alguns públicos, como as pessoas transexuais. A identificação de alguém como "merecedor" de um bom serviço, em função de essa pessoa ser da mesma religião do funcionário da OSC, é uma manifestação potencialmente indesejada de representação ativa.

Há, no entanto, uma outra camada de dimensão teórica de burocracia representativa relevante neste estudo, pois trata-se aqui da percepção de burocratas de médio escalão sobre a relação entre funcionários de serviços socioassistenciais e público atendido. Ou seja, há uma triangulação entre esses grupos, fazendo com que o burocrata de médio escalão sirva como uma instância de mediação para evitar eventuais excessos na representação ativa, como seria o caso em incidentes de privilégio a um grupo religioso ou intolerância religiosa com outros, por exemplo.

Com relação às implicações práticas, este trabalho evidenciou a grande preocupação de burocratas de médio escalão da Prefeitura de São Paulo com o crescente número de parcerias com organizações privadas para atendimento a pessoas em situação de rua, sem o correspondente avanço nas capacidades estatais do governo para monitorar e fiscalizar tais parcerias. Faltam recursos para uma fiscalização efetiva, resultando em uma grande discricionariedade dos parceiros privados no cotidiano. Isso faz com que haja denúncias e relatos informais de abusos e desvios do comportamento esperado desses prestadores de serviço. Há também uma percepção, entre burocratas de médio escalão da Prefeitura de São Paulo, de que há melhorias necessárias na gestão das OSCs, como uma melhor qualificação técnica e maior conhecimento sobre a política pública em que atuam.

Nesse sentido, recomenda-se reforçar a capacidade estatal de monitorar e avaliar a ação das OSCs parceiras. A melhoria da governança interorganizacional pode colaborar nesse sentido, dado que a Secretaria de Direitos Humanos, por receber um grande volume de denúncias, poderia ajudar a direcionar os esforços de fiscalização, se devidamente empoderada para tanto. Também seria importante explicitar em documentos orientadores das parcerias, bem como em instrumentais de monitoramento, que intolerância ou imposição religiosa são práticas inadmissíveis. Recomenda-se ainda que os serviços

para a população de rua prestados por organizações com experiência limitada ou recente na área sejam acompanhados com especial atenção pela gestão pública.

Este trabalho possui limitações e possibilidades de aprofundamento. Em primeiro lugar, a observação direta do cotidiano dos serviços voltados para a população em situação de rua pode trazer mais informações sobre a diferença na atuação de OSCs religiosas e laicas. Recomenda-se também ouvir a população em situação de rua atendida por esses serviços diretamente. Também é importante a condução de estudos quantitativos, considerando características da população atendida, dos funcionários e funcionárias dos serviços para a população de rua, bem como do resultado obtido com esses atendimentos. Para isso, entretanto, a gestão pública precisa coletar e disponibilizar dados adequados, resguardando os cuidados com dados pessoais desse público.

Este trabalho dialoga com um contexto de ampliação de arranjos público-privados em políticas sociais. Os governos precisam identificar quais características de seus parceiros estão associadas a melhores resultados e menor ocorrência de desvios e irregularidades. Nesse sentido, a caracterização religiosa dos serviços pode vir a se tornar um limite, se a gestão pública não realizar um monitoramento adequado. Há ainda problemas de primeira ordem para tais parcerias, como garantir um mínimo de qualificação a todos os funcionários de todas as organizações contratadas pelo poder público.

REFERÊNCIAS

Araújo, V. (2023). *Surgimento, trajetória e expansão das Igrejas Evangélicas no território brasileiro ao longo do último século (1920-2019).* Centro de Estudos da Metrópole (Notas Técnicas n. 20). https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/noticia/igrejasevangelicas-abriram-17-novos-templos-em-media-por-dia-no-brasil-em-2019

Berger, J. (2003). Religious nongovernmental organizations: An exploratory analysis. *Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *14*(1), 15-39. https://doi.org/10.1023/A:1022988804887

Brooks, J., McCluskey, S., Turley, E., & King, N. (2015). The utility of template analysis in qualitative psychology research. *Qualitative Research in Psychology*, *12*(2), 202-222. https://doi.org/10.1080/14780887.2014.955224

Chaves, M., & Tsitsos, W. (2001). Congregations and social services: What they do, how they do it, and with whom. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, *30*(4), 660-683. https://doi.org/10.1177/0899764001304003

Costa, M. M Da. (2017). Assessing government-nonprofit collaborations and density of nonprofit organizations in Brazil. *Revista de Administração Pública*, *51*, 330-347. https://doi.org/10.1590/0034-7612155003

Costa, M. M. Da, & Lopes, L. F. (2023). A participação de organizações da sociedade civil na execução de políticas públicas de proteção social. In N. Sátyro & E. Cunha (Orgs.), *Descomplicando políticas sociais no Brasil* (Vol. 2). Editora Traço Fino, 113-132.

Gofen, A., Sella, S., & Gassner, D. (2019). Levels of analysis in street-level bureaucracy research. In *Research handbook on street-level bureaucracy* (pp. 336-350). Edward Elgar Publishing.

Grin, E., & Gonçalves, D. (2024). Decifrando a esfinge da burocracia subnacional no federalismo brasileiro: O que se esconde por trás dessa realidade? *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, *29*, e90377. https://doi.org/10.12660/cgpc.v29.90377

Guimaraes, F. A., Souza, L. G. de, & Costa, B. L. D. (2023). A atuação da burocracia de médio escalão na pandemia de Covid-19. *Cadernos de Gestão Publica e Cidadania*, *28*, NA-NA. https://doi.org/10.12660/cgpc.v28.88138

Hong, S. (2016). Representative bureaucracy, organizational integrity, and citizen coproduction: Does an increase in police ethnic representativeness reduce crime? *Journal of Policy Analysis and Management*, *35*(1), 11-33. https://doi.org/10.1002/pam.21876

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2019). *As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil: 2016.* https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?edicao=24159

Lacerda, F., & Brasiliense, J. M. (2018). Brasil: La incursion de los Pentecostales en el Poder Legislativo brasileño. In J. L. P. Guadalupe & S. Grundberger (Orgs.), *Evangélicos y poder en América Latina* (pp. 141-179). Konrad Adenauer Stiftung

Lim, H. H. (2006). Representative bureaucracy: Rethinking substantive effects and active representation. *Public Administration Review*, *66*(2), 193-204. https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00572.x

Lipsky, M. (2019). *Burocracia em nível de rua: Dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. ENAP.

Lotta, G., Cortez, A. C., Magri, G., Costa, M. I. S., Rosa, T. B., & Almeida, D. N. (2024). "Jesus speaks better": Interactions between state and faith-based organizations in service implementation. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, *53*(2), 402-427. https://doi.org/10.1177/08997640231165525

Maes, S., Raeymaeckers, P., Schrooten, M., & Broeckaert, B. (2025). Harmony amidst discord: Unraveling the dynamics of religion-based solidarity initiatives and local government relations. *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, 1-12. https://doi.org/10.1007/s11266-025-00772-w

Magri, G., Cortez, A. C., Costa, M. I. S., Carvalho, A., Lotta, G., & Miranda, J. R. (2025). The influence of religious institutional logic in frontline work. *Australian Journal of Public Administration*. https://doi.org/10.1111/1467-8500.12691

Martins, A. L. J., Souza, A. A. D., Fernandes, L. D. M. M., Oliveira, A. M. C., Cordeiro, J. C., Oliveira, A. F. D., & Magalhães, H. M., Júnior. (2023). A interface entre as políticas públicas para a população em situação de rua: revisão integrativa. *Ciência & Saúde Coletiva, 28*, 2403-2416. https://doi.org/10.1590/1413-81232023288.14232022

May, P. J., & Winter, S. C. (2009). Politicians, managers, and street-level bureaucrats: Influences on policy implementation. *Journal of Public Administration Research and Theory*, *19*(3), 453-476. https://doi.org/10.1093/jopart/mum030

Meier, K. J. (2019). Theoretical frontiers in representative bureaucracy: New directions for research. *Perspectives on Public Management and Governance*, *2*(1), 39-56. https://doi.org/10.1093/ppmgov/gvy004

Meier, K. J., & Nicholson-Crotty, J. (2006). Gender, representative bureaucracy, and law enforcement: The case of sexual assault. *Public Administration Review*, *66*(6), 850-860. https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2006.00653.x

Mosley, J. E. (2012). Keeping the lights on: How government funding concerns drive the advocacy agendas of nonprofit homeless service providers. *Journal of Public Administration Research and Theory*, *22*(4), 841-866. https://doi.org/10.1093/jopart/mus003

Natalino, M. A. C. (2016). *Estimativa da população em situação de rua no Brasil* (Texto para discussão n. 2246). IPEA. https://www.econstor.eu/bitstream/10419/177462/1/td_2246.pdf

Ollaik, L. G., & Ziller, H. M. (2012). Concepções de validade em pesquisas qualitativas. *Educação e Pesquisa*, *38*, 229-242. https://doi.org/10.1590/S1517-97022012005000002

Pereira, J. A. (2021). *A laicidade estatal e as parcerias com as organizações religiosas na Lei nº 13.019/2014 (MROSC).* https://repositorio.ufmg.br/server/api/core/bitstreams/43e74cfb-b453-4781-a4b4-9971bf07146e/content

Pfaff, S., Crabtree, C.; Kern, H.; Holbein, J. (2021). Do street-level bureaucrats discriminate based on religion? A large-scale correspondence experiment among American public school principals. *Public Administration Review*, *81*(2), 244-259. https://doi.org/10.1111/puar.13235

Piatak, J., & Jensen, C. (2024). Public values and sector service delivery preferences: Public preferences on contracting from simple to complex human services. *Public Administration Review*. *84*(5), 948-965. https://doi.org/10.1111/puar.13794

Pires, R. R. C. (2018). O trabalho na burocracia de médio escalão e sua influência nas políticas públicas. In: Pires, R.; Lotta, G.; Oliveira V. (orgs.) Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas: Brasília : Ipea : Enap, 2018.

Riccucci, N. M., & Meyers, M. K. (2004). Linking passive and active representation: The case of frontline workers in welfare agencies. *Journal of Public Administration Research and Theory, 14*(4), 585-597. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/3525780?seq=11. Acesso em: 1 de agosto de 2024.

Segatto, C. I. (2024). Religion and faith-based organizations in Brazil's social policies. In *The future of third sector research: from theory to definitions, classifications and aggregation towards new research paths* (pp. 211-220). Springer Nature Switzerland.

Segatto, C. I., Alves, M. A., & Pineda, A. (2022). Populism and religion in Brazil: The view from education policy. *Social Policy and Society*, *21*(4), 560-574. https://doi.org/10.1017/S147474642100004X

Sicari, A. A., & Zanella, A. V. (2018). Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão sistemática. *Psicologia: Ciência e Profissão*, *38*, 662-679. https://doi.org/10.1590/1982-3703003292017

Slyke, D. M. Van. (2003). The mythology of privatization in contracting for social services. *Public Administration Review*, *63*(3), 296-315. https://doi.org/10.1111/1540-6210.00291

Smith, S. R., & Lipsky, M. (1993). *Nonprofits for hire: The welfare state in the age of contracting*. Harvard University Press.

Smith, S. R., & Sosin, M. R. (2001). The varieties of faith-related agencies. *Public Administration Review*, *61*(6), 651-670. https://doi.org/10.1111/0033-3352.00137

Sowa, J. E., & Selden, S. C. (2003). Administrative discretion and active representation: An expansion of the theory of representative bureaucracy. *Public Administration Review*, *63*(6), 700-710. https://doi.org/10.1111/1540-6210.00333

Sposati, A. (2007). Assistência social: De ação individual a direito social. *Revista Brasileira de Direito Constitucional*, *10*(1), 435-458. https://doi.org/10.5281/zenodo.12521733

Toepler, S., Zimmer, A., Levy, K., & Fröhlich, C. (2023). Beyond the partnership paradigm: Toward an extended typology of government/nonprofit relationship patterns. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, *52*(1_suppl), 160S-186S. https://doi.org/10.1177/08997640221112890

Wilkins, V. M. (2007). Exploring the causal story: Gender, active representation, and bureaucratic priorities. *Journal of Public Administration Research and Theory*, *17*(1), 77-94. https://doi.org/10.1093/jopart/muj012

CONFLITOS DE INTERESSE

Os/as autores/as não têm conflitos de interesse a declarar.

DISPONIBILIDADE DOS DADOS

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Marcelo Marchesini da Costa: Conceitualização; Curadoria de dados; Análise formal; Investigação; Metodologia; Administração de projetos; Supervisão; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Carolline de Souza Macedo: Análise formal; Investigação; Metodologia; Redação – rascunho original; Redação – revisão e edição.

Vera Carvalho Oliveira: Investigação; Redação – revisão e edição.